

**FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola & MACHADO, Paula Sandrine (orgs.). 2012. *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo: Terceiro Nome. 312 pp.**

Rosana Castro  
PPGAS/UnB

O livro *Ciências na vida: antropologia da ciência em perspectiva*, organizado por Claudia Fonseca, Fabiola Rohden e Paula Sandrine Machado, é resultante de seminário homônimo, realizado em agosto de 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além de antropólogas(os) brasileiras(os), pesquisadoras(es) oriundos da França, da Inglaterra, da Alemanha, da Grécia e de Portugal assinam a autoria dos quatorze capítulos que compõem a coletânea, denotando, já de início, tanto a abrangência do interesse antropológico sobre o tema das ciências como a intensificação de diálogos internacionais em torno de questões colocadas por etnografias realizadas nesses contextos.

Segundo as organizadoras escrevem no capítulo introdutório do livro, intitulado “Antropologia a partir das ciências: reflexões preliminares”, tanto o evento quanto a coletânea de artigos permitem visualizar e contribuir para o adensamento de pesquisas e reflexões antropológicas em torno da “articulação entre formas de conhecimento, práticas científicas e políticas de intervenção, fitando, em particular, os efeitos dessa articulação para determinados sujeitos historicamente situados” (:7). Nesse sentido, o interesse central da obra parece estar menos em um escrutínio das ciências e mais na interação de pressupostos e práticas científicas, mapeando e problematizando, sobretudo, seus agenciamentos e efeitos sobre diferentes indivíduos e grupos, situados nos mais diversos contextos.

Antes, contudo, de adentrar as etnografias propriamente ditas, a primeira das quatro partes desta coletânea, intitulada *Trajétorias, interfaces e perspectivas*, reflete a respeito do campo de produções antropológicas sobre as ciências no Brasil e suas potenciais contribuições para a disciplina. Nesse sentido, o artigo de Sérgio Carrara explora historicamente algumas tendências referentes aos investimentos etnográficos e analíticos de antropólogas(os) brasileiras(os) interessadas(os) direta ou indiretamente nos estudos das ciências. Aprofundando-se nessa discussão, no artigo seguinte, Guilherme José da Silva e Sá busca refletir sobre algumas possibilidades teóricas e epistemológicas de uma antropologia a

partir das ciências à brasileira. Para o autor, é preciso que saíamos de uma relação de “ponto fixo” e façamos nosso movimento de translação ao redor de astros solares “nativos”, de modo a “entrar em órbita” com eles e, assim, colocar nosso eixo de rotação em um trânsito reflexivo. Fechando a primeira parte do livro, Fabiola Rohden acrescenta a noção de rede, a indistinção *a priori* de domínios da vida social e a importância de abandonar posicionamentos ingênuos ou pouco comprometidos no estudo e engajamento com as redes etnografadas como movimentos fundamentais dos estudos das ciências que podem inspirar antropologias localizadas e não convencionais.

Partindo para textos fundamentalmente etnográficos, na segunda parte — *Genética e novos modos de ver e intervir da ciência* — constam três trabalhos sobre representações, práticas e intervenções políticas centradas nas inovações trazidas pelo avanço do conhecimento genético e seus efeitos na vida social. Helena Machado, explorando as imbricações entre genética e práticas jurídicas em Portugal, demonstra como a constituição de bancos de dados genéticos para fins de investigação criminal ensejou tanto uma sensação de maior segurança quanto mais desconfiança na aplicação de penas. No artigo assinado por Sahra Gibbon, Eirini Kampriani e Andrea zur Nieden, são explorados os modos de interação social e subjetivação no contexto dos testes genéticos para identificação de propensão ou diagnóstico do câncer de mama em Cuba, na Alemanha e na Grécia. Marko Monteiro, por fim, examina as controvérsias científicas em torno da disparidade da incidência de câncer de próstata entre brancos e negros e analisa as implicações da ênfase em aspectos biológicos ou sociais para explicar tal quadro.

Na terceira parte da obra, são trabalhados aspectos da *Medicalização e gerenciamento dos corpos*, examinando múltiplas interações entre categorias e práticas biomédicas e formas de conhecimento, produção de tecnologias, subjetividades e desejos. Ilana Löwy, tratando do fenômeno do microquimerismo, no qual se identifica a presença de células da gestante no corpo do recém-nascido e vice-versa, explora as implicações da troca e persistência de material genético estrangeiro em corpos humanos sobre as noções de indivíduo, as relações de parentesco e as políticas de gênero. Os artigos de Lilian Krakowski Chazan e Daniela Tonelli Manica, partindo de contextos e propostas distintas, apresentam trajetórias biográficas de sujeitos que participaram de processos de estabilização de tecnologias gineco-obstétricas no Brasil e analisam como elementos heterogêneos compõem as redes sociotécnicas que constituem tais artefatos. Martha Ramírez-Gálvez explora as relações entre ciência, consumo e criação de desejo a partir da produção publicitária, informativa e midiática a respeito das técnicas de reprodução assistida.

Na quarta e última parte do livro, que trata de *Produções de conhecimento e suas articulações heterogêneas*, são apresentados estudos etnográficos que analisam diferentes níveis e abrangências da interação entre ciência e manejo de corpos e capacidades, formação de políticas públicas e regulamentações transnacionais da produção de ciência e tecnologia. Fabiola Rohden investiga, por exemplo, a emergência de uma literatura por ela denominada de “autoajuda científica”, na qual as informações da neurociência são acionadas para orientar indivíduos na gestão de sua vida particular. Claudia Fonseca, por seu turno, analisa como as políticas públicas alternativas para melhoramento da primeira infância, calçadas em pressupostos neurocientíficos, podem reforçar a responsabilidade das mulheres de cuidar das capacidades psíquicas e cognitivas de bebês e crianças em detrimento da construção de políticas educacionais, e correlaciona tal processo à gestão de questões sociais como segurança pública e desenvolvimento nacional. Ondina Fachel Leal e Rebeca Hennemann Vergara de Souza finalizam o livro abordando os desafios ético-políticos de acordos internacionais de propriedade intelectual e como estes repercutem diferentemente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, beneficiando, sobretudo, os primeiros. O caso dos medicamentos para aids é evocado para refletir sobre as estratégias possíveis diante dos preços proibitivos oportunistizados por regramentos sobre patentes farmacêuticas.

Diante da abrangência e diversidade das temáticas trazidas na coletânea, seria possível recomendar de imediato a leitura de seu conteúdo para pesquisadoras(es) interessadas(os) em distintos objetos de conhecimento — para além da própria ciência. Entretanto, as reflexões epistemológicas, metodológicas, analíticas, reflexivas, éticas e políticas evocadas por todos os capítulos denotam a pertinência da obra para qualquer estudante ou profissional das ciências sociais interessada(o) e comprometida(o) com a feitura e a reflexão a respeito de etnografias marcadas pela indissociabilidade entre todos esses aspectos do trabalho acadêmico. Desse modo, e em consonância com o que foi evocado por diferentes autoras(es) da coletânea, a proposta e o efeito do livro não estão no reforço de fronteiras de conhecimento que circunscrevam uma “antropologia da ciência”, mas sim na aposta em uma “antropologia a partir das ciências” (:7), fomentando seu potencial de enredar dimensões, elementos, práticas, processos e atores heterogêneos e, nesse passo, de suscitar rotas de fuga das convencionais formas de conhecimento, práticas e políticas de intervenção da própria antropologia.